



COMUNIDADE DE PRÁTICA ON-LINE: DAS REFLEXÕES CONCEITUAIS A APRENDIZAGEM COLABORATIVA

Maria Luziene de Medeiros (luzienemedeiros@ufrn.edu.br, Mestranda em Educação, PPGEd/UFRN)

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo (carmem@sedis.ufrn.br, /Orientadora, PPGEd/UFRN)

Gilberto Ferreira Costa (gilbertofcosta@gmail.com, Coorientador, PPGEd/UFRN)

RESUMO. Este artigo faz um levantamento inicial de elementos teóricos para compreensão da temática, Comunidade de Prática (CoP) *on-line*, objetiva apontar conceitos e reflexões como *lócus* de aprendizagem colaborativa e de transformação em espaços formativos, onde são levados em consideração variantes culturais, antropológicas e comunicacionais; categorias que articulam as relações humanas com a aprendizagem. Se constitui como um estudo teórico-reflexivo da pesquisa de mestrado. Para finalizar, apresenta reflexões da CoP *on-line* como *lócus* de aprendizagem por ampliar a socialização do conhecimento e compartilhar reflexões individuais e coletivas em espaços colaborativos.

Palavras-chave: Comunidade de Prática on-line. Aprendizagem. Espaços colaborativos.

ABSTRACT. **Online community of practice: from conceptual reflections to collaborative learning.** This paper makes an initial survey of theoretical elements for theme understanding, online Community of Practice (CoP), aiming to point out concepts and reflections as a locus of collaborative learning and transformation in formative spaces, where cultural, anthropologic and communication variants are taken into account; categories that articulate human relationships with learning. It is constituted as a theoretical-reflexive study of the Masters' research. Finally, it presents reflections of online CoP as learning locus for expanding the socialization of knowledge and sharing individual and collective reflections in collaborative spaces.

Keywords: Online Community of Practice. Learning. Collaborative spaces.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças nas relações comunicativas na atualidade estabelecidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) modificam os ambientes e as formas habituais de dialogicidade e interatividade. O diálogo e a interação são características essenciais na dimensão humana, visto que são atemporais, por ser uma forma privilegiada de acesso à informação e ao conhecimento, mediatizados pelas diferentes situações de trocas entre as pessoas. Em Brandão (1981, p. 18) a perspectiva antropológica das categorias diálogo e interação são evidenciadas ao expor que as pessoas convivem uma com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende, tendo em vista que nem sempre diálogo e interação caminham de forma sincronizada.

As interações dialogais no ambiente social emergem de uma pluralidade comunicacional e as tecnologias, mais especificamente as digitais, estabelecem novas formas de sociabilidade. Como revela Manuel Castells (2013), os grupos sociais e sociedades reorganizam seus significados em função das tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, ambiente que possibilita por contribuição da tecnologia digital a criação de comunidades *on-line*.

Pensar as práticas comunicativas em ambientes virtuais conduz ao constructo de aprendizagem colaborativa instituídas inicialmente em uma comunidade ajustadas ao meio virtual e aos participantes. Nesse contexto, a motivação que traz uma melhor compreensão dos processos formativos virtuais são os estudos desenvolvidos por Jean Lave e Étienne Wenger (2010) sobre Comunidades de Prática (CoP) por se revelar um espaço propício para interações e troca de saberes. O conceito de Comunidade de Práticas concebido por Wenger (1998, apud Ferreira; Silva, 2014) como sendo um “grupo de pessoas que se engajam em atividades conjuntas e discussões, ajudam-se mutuamente, compartilham informações. Eles constroem relacionamentos que os permitem aprender uns com os outros”. Falar em Comunidade de Prática é estabelecer no processo comunicativo virtual as condições dialogais por meios não mais habituais, contudo sem perder o viés da comunicação, diálogo, troca de saberes nas mais variadas dimensões.

Este artigo faz um levantamento inicial de elementos teóricos para compreensão da temática, Comunidade de Prática (CoP) *on-line*, onde são levados em consideração variantes culturais, antropológicas e comunicacionais, categorias essenciais para articular as relações humanas, e estas, estarem articuladas diretamente com a aprendizagem. Este será o ponto de partida para discussão de como uma CoP *on-line* contribui nos processos formativos socialmente constituídos, cujo objetivo foi refletir a Comunidade de Prática *on-line* como *locus* de aprendizagem colaborativa e de transformação em espaços formativos.

O artigo segue apresentando um contexto conceitual sobre Comunidade de Prática a partir das relações humanas constituídos historicamente; em seguida apresenta-se os elementos centrais da comunidade de prática enquanto pilares fundamentais para sua estrutura de funcionamento e efetiva manutenção; no item seguinte apresenta-se o constructo de CoP *on-line* na perspectiva de espaço de convergências, colaboração resultante em um *locus* de aprendizagem.

2. COMUNIDADE DE PRÁTICA

As perspectivas atuais de inovações nas relações sociais inserem não mais a fixação de

um espaço dialogal físico, onde as pessoas se reuniam para troca de experiências, ou seja, comunidades; esses espaços se organizam também em contextos virtuais, característica da era da informação resultante da construção de uma nova identidade social e cultural. Nessa construção a sociedade vai se reorganizando tanto no campo social como no cultural, modificando suas práticas alicerçadas nas tradições, mas ao mesmo tempo se adaptando, ou melhor, construindo novas conexões com a prática cotidiana. “As mudanças nas práticas são processos culturais, coletivos, pessoais, situados e historicamente constituídos”. (LAVE, 2015, p.39). Esse é um ponto de partida para analisarmos as mudanças ocorridas tendo em vista a transmissão e a socialização cultural, mas especificamente sob a óptica antropológica, a priori. Entender o fenômeno das transformações também requer outros olhares, a saber: psicossocial e cultural.

Fazer essa chamada é recorrer ao cerne das relações humanas, ou seja, em um processo de transmissão direto com o outro, o que denominamos de formas de aprender repassados conforme os interesses e as tradições culturais de cada época. A necessidade de aprender como mecanismo de subsistência individual e coletiva se constitui mediante práticas da transmissão cultural ou socialização, isto é, o conhecimento socializado e, implicitamente, a concretização da aprendizagem de acordo com os interesses individuais e coletivos. Os estudos de Lave (1983, 1988); Lave e Wenger (1991) destacam que na teoria da prática social toda atividade é situada nas relações entre as pessoas, contextos e práticas, isso inclui a aprendizagem. Cabe reforçar no dizer da antropóloga Jean Lave que requer uma compreensão das noções de aprendizagem por situar-se em complexas comunidades de práticas, pois se refere a práticas culturais e mutantes, que faz parte do processo histórico que se constitui na vida social, ou seja, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural. (LAVE, 2015).

Do ponto de vista psicossocial, em especial Dreier (2008 apud LAVE, 2015, p. 42) “aprender envolve essencialmente movimento, através de contextos de nossa vida cotidiana, nos quais nos engajamos em práticas com diversos outros que fazem parte daqueles engajamentos contextuais”. O movimento do ato de aprender envolve, a priori, uma motivação e interesses particulares relacionados à vida cotidiana. Qual o motivo que leva uma pessoa a aprender um ofício laboral? Uma criança a jogar futebol? Um grupo de pessoas a participarem de grupo de estudo sobre medicação alternativa ou natural? Trata-se de interesses particulares, desejo em aprender algo que não sabem, ou se já sabem querem aperfeiçoar. Esse é um movimento que vai além de uma aprendizagem formal, são situações que faz parte da condução da vida cotidiana, um caminho para as relações, movimento e práticas nas quais os participantes se relacionam com seus respectivos grupos, por afinidade ou motivação pessoal.

As relações se fortalecem a partir dos múltiplos contextos, participação e envolvimento nas práticas desenvolvidas pelos grupos dos quais participam, como também vão se moldando, direta ou indiretamente, tendo em vista que elas envolvem os participantes e, isto implica uma concepção de mudança que possibilita compreender a mudança da vida social.

Para compreendermos a estrutura relacional dos grupos nos quais os indivíduos se organizam, é importante ter um entendimento que a aprendizagem *per si* ocorre prioritariamente em contextos culturais, ou seja, tecer comentários sobre aprendizagem isoladamente da teia cultural, seria desprezar as condições de cultura de cada grupo social e suas formas de aprender, que não são iguais a todos. Porém os resultados revelam significados, conforme os interesses, coerentes com a prática exercida, livres de disputas mesmo que ofereçam diferentes entendimentos o que leva a condição de reflexão sobre a prática. A teia cultural envolve as

peças grupos interesses que se afinam por seu interesse e, dessa forma são repassados na perspectiva de aprendizes o que precisam saber. Não se trata aqui de explicitar como as pessoas aprendem, discorrer sobre as concepções de aprendizagem das teorias da aprendizagem, mas deixar em evidência que aprender é um processo cultural da própria humanidade, são aprendizes na prática, sejam em pequenos grupos ou em grupos maiores, o que denominamos de interesses comuns de uma comunidade. (LAVE, 2015).

Entendemos que é nessa perspectiva de interesses afins que as comunidades se formam para que possam discutir e desenvolver seus propósitos coletivamente, onde tem a oportunidade de conhecer e refletir sobre suas crenças subtendidas às suas práticas. Esse é um processo que é alimentado entre seus pares aos quais são atribuídos em seus repertórios regras sociais, culturais, saberes, objetivos e motivações que se interligam e/ou distinguem entre o saber e o fazer, estabelecendo o círculo de teoria e prática.

Na formação de uma comunidade os indivíduos criam e compartilham conhecimentos, isso contribui para a o fortalecimento das relações, nas quais envolve um processo de múltiplas etapas, uma vez que está conectado aos interesses e compreensão da própria estrutura de formação, o que atualmente vem se fortalecendo o constructo de comunidade de prática. O que não deve ser posto como ideias que convergem, nem todos os grupos que se organizam com ideias afins podem ser denominadas de comunidades e nem todas as comunidades são comunidades de prática. (FERREIRA; SILVA, 2014). Em outras palavras, “em muitos casos, se percebe que a vivência em grupos é indiscriminadamente tratada como um relato de Comunidade de Prática” (LAVE, 2004). O conceito de comunidade de prática implica em uma participação e engajamento social. É necessária a participação ativa nos processos sociais, construir e reconstruir a ideia de pertencimento da comunidade.

A expressão Comunidade de Prática foi cunhada por Wenger, em 1998, o qual descreve de forma clara em um dos seus trabalhos *Communities of practice: a brief introduction* (2006):

As comunidades de práticas são formadas por pessoas que se envolvem em um processo de aprendizado coletivo em um domínio compartilhado do esforço humano: uma tribo aprendendo a sobreviver, um grupo de artistas buscando novas formas de expressão, um grupo de engenheiros trabalhando em problemas semelhantes, uma camarilha de alunos que definem sua identidade na escola, uma rede de cirurgiões que explora novas técnicas, uma reunião de gerentes iniciantes que se ajudam a lidar.

Wenger denomina uma comunidade de prática no contexto de sua intencionalidade que no momento atual vem sendo amplamente utilizada pelos grupos permitindo o aprendizado entre seus participantes. Em síntese, “comunidades de prática são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou uma paixão por algo que fazem e aprendem a fazê-lo melhor à medida que interagem regularmente.” (WENGER, 2006).

A pretensão neste artigo é mostrar a comunidade de prática enquanto fenômeno social, apesar de trazer somente nas últimas décadas essa expressão e vir a se tornar presente na prática social, o conceito apresentado por Wenger e Lave destitui essa conjectura do novo e aqui trataremos de contribuir para a difusão do termo comunidade de prática. Os estudos apontam que se trata de um fenômeno diretamente envolvido com as relações sociais sendo a aprendizagem e o conhecimento categorias indissociáveis, ou melhor, um conjunto de envolvimento mútuo.

Não se trata de premissa, o ser humano é essencialmente social e a natureza de seu

envolvimento permite o reconhecimento como partícipe dos grupos por interesses afins e nas comunidades de prática se sustenta o que naturalmente ocorre na vida cotidiana. Por meio dessa forma organizacional é possível estabelecer essas conexões dinâmicas resultante em aprendizado contínuo, tanto no contexto formal como informal.

Para Gherardi e Nicolini (2000), nas comunidades de prática são criadas relações em torno das atividades e, as atividades tomam formas através das relações sociais e experiências que permitem formá-los para que aprimorem seus conhecimentos e habilidades tornem parte destes indivíduos e os aloquem em suas respectivas comunidades. Esta é uma condição, da comunidade, para a perpetuação e existência do conhecimento prático, quando os membros interagem na comunidade. Esse processo de interação ocorre na mesma perspectiva que os homens se relacionam, criam e recriam suas culturas à medida que partilham conhecimentos, experiências e práticas.

Cabelleira (2007) apresenta uma das versões mais completas da definição de CoP de Wenger, no qual ele escreve com McDermot e Snyder em 2002 que Comunidades de Prática são: 1) grupos de pessoas que compartilham um interesse/problema comum sobre um assunto e aprofundam seu conhecimento; 2) compartilham informações, insights e conselhos; 3) ajudam umas às outras a resolver problemas, discutem situações, aspirações e necessidades; 4) ponderam pontos de vista em comum, exploram ações, ideias e sondam limites. “Com o passar do tempo, elas desenvolvem uma perspectiva única sobre seus tópicos bem como formam um corpo comum de conhecimento, práticas e teorias. [...] Podem também desenvolver um senso comum de identidade. Elas tornam-se então uma Comunidade de Prática”. (WENGER; McDERMOTT; SNYDER, 2002, p.4-5 apud CABELLEIRA, 2007).

Nesta versão mais completa sobre a definição de CoP a participação, o envolvimento e o sentimento de pertença flui mediante as ações desenvolvidas e influenciam no constructo do conceito de CoP. A aquisição do conhecimento e o desenvolvimento das ações das partes envolvidas ocorrem tanto na perspectiva individual como coletiva, ou seja, relações interativas e dialogais entre seus participantes. Eis o desafio, pensar em comunidade prática e não relacioná-la aos processos dialogais dos seus membros, mesmo que estes tenham apenas interesses afins já fixados pelos próprios membros.

Tendo por base as considerações iniciais sobre CoP, sendo que são formadas por grupos de indivíduos, cabe então esclarecer o objetivo que a diferencia dos demais grupos, como o grupo de trabalho formal, ou uma rede informal. Conforme Wenger e Snyder (2002) as CoP tem por objetivo desenvolver as competências dos participantes e gerar troca de conhecimento; no grupo de trabalho formal, o objetivo é desenvolver um produto ou prestar um serviço, já na rede informal o objetivo está direcionado a colher e transmitir informações (CABELLEIRA, 2007). Outro ponto relevante apresentado por Wenger e Snyder (2000) se refere à duração, na CoP enquanto houver interesse em manter o grupo, nos demais grupos mencionados, fica estrito até a próxima reorganização ou enquanto as pessoas tiverem um motivo para manter contato (CABELLEIRA, 2007).

Ao esclarecer o que diferencia CoP de outros grupos, facilita compreender a criação e o desenvolvimento desta. Entretanto, pretende-se aqui mostrar como se dá a formação de uma Comunidade de Prática e seus elementos essenciais, tendo em vista que no Brasil ainda mostra-se frágil e incipiente.

Uma CoP implica envolvimento e engajamento, nesse contexto qual será o ponto de

partida para participar de uma comunidade de prática?

Wenger (1998) argumenta que comunidades de prática não são um modismo de *design*, uma nova forma organizacional ou um conjunto de conselhos pedagógicos a serem implementados. Referem-se a conteúdo e não a forma. Para Wenger e Snyder (2001), comunidades de prática formam-se naturalmente e não são planejáveis, mas podem ser reconhecidas, apoiadas e nutridas (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008, p. 120)

Para Souza-Silva e Schommer com base em Wenger (1998) “uma organização pode definir políticas e procedimentos aos quais as comunidades de prática estejam sujeitas, mas não é possível prever que práticas vão emergir em resposta a esses sistemas institucionais”. Em uma comunidade de prática, pode ser definido papéis, mas não as identidades, que serão definidas a partir do desempenho dos papéis; podem ser definidas as condições para negociar o significado, mas não o significado em si; podem ser esboçados os processos de trabalho, mas não as práticas.

A partir dos estudos de Wenger e Snyder (2001), Pinheiro (2014) elaborou um esboço da implantação de como uma comunidade de prática se organiza em uma empresa, conforme o modelo delineado segue as etapas: o primeiro passo é o do eixo de organização; o segundo é identificar as redes informais existentes; o terceiro identificar os participantes em potencial e o quarto passo reunir os participantes envolvidos. Em termos mais genéricos a comunidade de prática considera o envolvimento e engajamento dos seus participantes, a potencialidade resulta da participação ao tornar uma comunidade de prática bem sucedida, tendo em vista que permitem aos praticantes gerenciar o conhecimento que precisam, criam uma conexão entre aprendizagem e desempenho das funções exercidas e por fim, não se limitam, já que se criam conexões além da estrutura de organização e das restrições geográficas.

3. ELEMENTOS CENTRAIS DA COMUNIDADE DE PRÁTICA

Compreender que as CoP, desde a essência da sua criação, requer engajamento, envolvimento, e porque não dizer paixão pelo tema. Para que seja cada vez mais efetiva a sua manutenção e sua estrutura de funcionamento é necessário apresentar três características: o domínio, a comunidade e a prática. Para Wenger (2006) esses são os pilares fundamentais. O *domínio* é o ponto de interesse; compartilham interesses comuns o que implica interesse dos participantes. A *comunidade*, parte do envolvimento e das relações e interações desenvolvidas baseadas na aprendizagem em conjunto e o compartilhamento de informações. Por último, a *prática* onde desenvolvem um repertório de experiências, linguagens, rotinas, formas de abordar um problema, dentre outros existentes na prática compartilhada. O propósito desta seção é mostrar como as CoP se conectam de acordo com a ordem, regulação e conduta dos seus membros, tanto formal quanto informal. As características expressas como os elementos centrais, descritos a seguir, representam o desenho de uma Comunidade de Prática, nesse aspecto seus membros participam porque tem algo a aprender e contribuir.

3.1 Domínio

O *domínio* determina a identidade da comunidade, pois o conhecimento que envolve seus membros mantém o foco e interesse da organização, determina a participação dos membros e de novos que se interessam nos conhecimentos disseminados na comunidade. O domínio “cria uma base comum e o senso de identidade. Um domínio bem definido legitima a comunidade

pela afirmação dos propósitos e valores dos membros e outros *stakeholders*” (WENGER; McDERMOTT; SNYDER, 2002, p.27).

Os domínios giram em torno dos interesses dos membros da comunidade, e conforme Senger (2004 apud CABELLEIRA, 2007) investir na ampliação dos conceitos converge e promove o crescimento e aprendizagem social, ou seja, investir no domínio é ampliar a participação e engajamento de pessoas, criando uma rede maior de conhecimento. Esse aspecto relaciona as pessoas que são partícipes no grupo, voluntariamente, conforme suas paixões ou interesses para troca de informações e conhecimento e, nesta dimensão, partilham e se envolvem mutuamente compartilhando um repertório ao contribuir com o aprendizado e desenvolvimento pessoal as mantendo conectadas.

3.2 Comunidade

Dentre os elementos de uma CoP em que já se firma a identidade do grupo, onde se constrói a relação de confiança, a *comunidade* representa um desafio, por não se referir apenas a uma rede pessoal, mas uma rede de interesses afins, onde o conhecimento é explorado e aperfeiçoado. Enquanto um dos elementos centrais, comunidade é definida como “uma configuração social na qual nossos empreendimentos são definidos como valor perseguido e nossa participação é reconhecida como competência” (WENGER, 1998, p.5). As configurações sociais e regras determinadas na estrutura são essenciais para a longevidade da CoP, cuja participação dos seus membros engendra produtivos debates.

Uma visão compartilhada é o primeiro passo para conseguir que pessoas que não confiam umas nas outras comecem a trabalhar em conjunto... Na verdade, a noção compartilhada de propósito, visão e valores operacionais da organização estabelece o nível mais básico de compartilhamento (SENGE, 2004, p. 236 apud CABELLEIRA, 2007, p. 8).

A ideia de comunidade não implica mencionar que existe uma prática ou ideias homogêneas, os membros assumem papéis distintos e criam seus estilos e reputação, conforme Cabelleira (2007) trata-se do “cartão de visita” o diferencial da comunidade, nessa perspectiva aprende conjuntamente e constroem relações entre si.

3.3 Prática

A *prática* é entre os elementos centrais da CoP, o mais importante. Aqui as pessoas constroem a capacidade de desenvolverem seu repertório e os recursos compartilhados. “Estes recursos comuns incluem uma variedade de tipos de conhecimento: casos e histórias, teorias, regras, *frameworks*, modelos, princípios, ferramentas, especialistas, artigos, lições aprendidas e melhores práticas” (Cabelleira, 2007, p. 8). Esse repertório está associado à incorporação do conceito de usabilidade a partir dos espaços onde desenvolvem, negociam e compartilham suas experiências.

Para Wenger, McDermott; Snyder (2002, p. 39 apud CABELLEIRA, 2007, p. 8). “Uma prática efetiva evolui com a comunidade como um produto coletivo. É integrado no trabalho de pessoas. [...] Cada comunidade tem um modo específico de fazer sua prática visível pelos meios que desenvolve e compartilha conhecimento”. A prática distingue os tipos de comunidades de prática, determinam sua natureza sejam elas motivadas ou até mesmo denominadas de comunidades de aprendizagem, comunidades de interesse ou comunidades de

comprometimento. Por Wenger (1998) são identificadas sobre: o que tratam, como funcionam, que competências produzem.

Estes pontos reforçam a natureza das CoP e devem considerar que os elementos apontados contribuem para alcançar os objetivos, e a pretensão neste artigo é trazer de forma ainda incipiente uma breve apresentação sobre CoP on-line como *locus* de aprendizagem.

4. COMUNIDADE DE PRÁTICA *ON-LINE*: convergências e colaboração

Ao introduzirem o conceito de comunidade de prática Lave e Wenger, em 1991, não trataram da possibilidade das comunidades de prática serem absorvidas pelas tecnologias digitais. Os avanços tecnológicos permitiram o desenvolvimento das CoP *on-line*, que neste caso se refere à noção de proximidade entre os membros, mas não necessariamente no contexto físico das comunidades tradicionais, tendo em vista que as tecnologias da informação e comunicação propiciaram que as pessoas pudessem interagir umas com as outras, independente de sua localização geográfica (FERREIRA; SILVA, 2014). Para Wenger (2015) As novas tecnologias estenderam o alcance das informações, ou seja, aumenta o fluxo de informações e exige novas possibilidades e tipos de comunidade com base em práticas compartilhadas *on-line*.

O construto 'Comunidade de Prática *on-line*' é uma tentativa de adaptação do conceito comunidade de prática para o espaço virtual. Ou seja, é uma rede colaborativa de indivíduos que partilham uma área de investigação e comunicam sobre ela, procurando ainda compreender os objetivos, estratégias, sentimentos, efeitos e contextos da aprendizagem que realizam, interagindo por meio dos recursos digitais de comunicação. (FERREIRA; SILVA, 2014).

Uma CoP *on-line* apesar de ocupar um espaço virtual não deve ser considerada como comunidade virtual, ou seja, a comunidade de prática permite a construção de uma aprendizagem colaborativa na qual os participantes não estão dispostos de forma hierárquica, enquanto na comunidade virtual os recursos disponibilizados estão mais associados à hierarquização dos conhecimentos relacionados aos contextos da aprendizagem. Nesse processo, o saber e o conhecimento são irradiados, as informações circulam como transeuntes com a finalidade de iniciar, por todos, uma discussão visando o alcance dos objetivos expressos pelos participantes. Para Rech, Fachinelli; Flores (2012, p. 64) “as comunicações acontecem de forma recorrente, elas geram um sistema comum de crenças, de explicações e de valores, isto é, uma cultura, que se expressa por meio de um sistema comum de significado, o qual, por sua vez, é continuamente alimentado por novas comunicações.”

Nas CoP *on-line* alguns fatores devem ser considerados para sua estruturação nos aspectos comunicacionais, as características do grupo social, o objetivo comum do grupo e, sobretudo, quanto à estrutura virtual que favorece o estabelecimento das relações sociais de confiança nas quais as metas, a troca de informações constituem aprendizagem entre seus pares de forma não hierarquizada, materializando a construção do conhecimento (SILVA, 2009). De acordo com Lemos (2000, apud SILVA, 2009) “os primeiros grupos que concretizaram a criação das comunidades virtuais, vários deles já pensavam no desenvolvimento de uma tecnologia alternativa, democrática e de simples utilização.” A evolução dessas comunidades de interesse, de envolvimento ou aprendizagem requer a interação e diálogo entre seus participantes e muitas comunidades surgem de contextos informais, mas que tem

como finalidade produzir e disseminar conhecimentos.

A natureza informal das comunidades de prática e as possibilidades das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) facilitam a sua formação, lembrando que uma CoP *on-line* não é um conjunto de ferramentas eletrônicas que compartilham informações, trata-se de relacionamento informal construído em torno de assunto ou tópico em particular. Conforme Ipiranga *et al* (2005, p. 4) as “pessoas estão, em geral, geograficamente dispersas, inexistindo diferenciação hierárquica e um líder formal ou explicitamente nomeado” e de acordo com os interesses, a participação e as diferentes perspectivas se estabelecem os níveis de participação na comunidade.

Wenger, Mcdermott e Snyder (2002) classificaram os níveis de participação em central, ativo, periférico e transacional. O nível central encontra-se um pequeno grupo de pessoas cuja paixão energiza a CoP, é considerado o cerne da comunidade. O nível ativo é atuante e define a comunidade por ser participante, mas sem muita intensidade. O nível periférico pertence à comunidade, mas não está muito envolvido, ou seja, não participam dos debates diretamente. E por fim o nível transacional que interage, mas não é necessariamente membro da comunidade.

O nível de participação é a chave para determinar a relevância de uma comunidade tanto para os pontos convergentes quanto para os colaborativos. E no cenário da sociedade hodierna o entendimento de uma CoP *on-line* se define quando os participantes estão alinhados e interagem em torno de um interesse comum, seja de forma síncrona ou assíncrona, utilizando as tecnologias digitais de comunicação onde os indivíduos colaboram e convergem ao partilhar conhecimentos e informações para os variados contextos de aprendizagem.

4.1 Comunidade de Prática *on-line* como *Lócus* de aprendizagem

A perspectiva de aprendizagem em uma comunidade de prática, a partir do compartilhamento de concepções, reflexões e conhecimentos é um momento de aprendizagem individual e coletiva à medida que os participantes se ambientam nos diferentes graus de imersão comunicativa e nesse contexto as CoP estão nos mais variados setores e espaços, sejam presenciais ou virtuais, desde que haja compromisso mútuo e engajamento dos participantes. Para Wenger (2004) a aprendizagem é melhor compreendida quando existe interação entre os profissionais ao invés de ser apenas um processo em que o produtor fornece conhecimento ao consumidor, ele não vê os membros da comunidade apenas como consumidores do conhecimento produzidos pelo grupo, ou seja, participantes sem envolver-se nas temáticas, pois se assim o fazem esquecem que o processo de aprender significa engajamento.

A ênfase da CoP como *lócus* de aprendizagem implica na constituição de significados sobre o pensar, o fazer e o agir e como resultado a materialização da experiência produtiva, não só dos objetos materializados, como produção escrita, mas também com a socialização das ideias que dão sustentabilidade a identidade da comunidade. Para Meirinhos e Osório (2014, p. 6 apud CORAZZA, 2017) toda CoP é uma comunidade de aprendizagem, “uma vez que a prática se baseia numa organização implícita ao serviço da aprendizagem em colaboração”. Sendo que a participação efetiva é o que move os interesses da comunidade sem amarras de relações hierarquizadas, por considerar que a troca de conhecimentos compartilhados alicerça a aprendizagem, tanto individual como coletiva e/ou social.

Para Wenger (2004) a identidade de uma pessoa está para o seu envolvimento com o mundo e isso não faz parte de um modelo a ser seguido, mas a forma como se interage com o

mundo à sua volta, nessa mesma perspectiva é a CoP enquanto processo de aprendizagem, para tal é preciso fazer perguntas do tipo: “O que será necessário para que nossos profissionais realmente sintam que estão aprendendo - para realmente sentir que a associação à nossa associação é transformadora? Quais são os tipos específicos de atividades em que eles devem se envolver para extrair isso?” (WENGER, 2004).

O sucesso da CoP como espaço de aprendizagem vai estar diretamente vinculado a participação e motivação dos seus participantes, tendo em vista que ao iniciarem como novatos, no grupo periférico das comunidades e, conforme a participação estabelece vínculos mais efetivos, estes novatos, se movem gradativamente na própria comunidade, ou seja, passam a estar no grupo central, fortalecendo o aprender e o fazer dos conhecimentos socializados na comunidade.

Nessa a perspectiva da aprendizagem em comunidades de prática, pode-se dizer que a melhor maneira de conhecer as práticas de uma comunidade enquanto lócus de aprendizagem é o engajamento dos participantes. Essa dinâmica determinada pelas práticas desenvolvidas a partir do repertório compartilhado e das trocas de experiências, contribui para reforçar o espaço como sítio de aprendizagem não apenas uno, mas múltiplo (coletivo) através da colaboração, interação, identificação, liderança, tempo, diálogo e confiança, elementos que contribuem e para constituição de consolidação de um ambiente de aprendizagem.

Cabe destacar que a aprendizagem em uma CoP *on-line* é um processo de compartilhamento do conhecimento, está para além dos limites tradicionais, espaço físico ou geográfico, conforme Silva (2008, p. 9)

O importante nas Comunidades de Prática são os conteúdos, ou seja, as aprendizagens como experiência através dos processos de negociação e re-negociação e de significação e re-significação e as modificações das competências, habilidades/aptidões e saberes individuais que podem interferir no exercício de pertença do indivíduo na comunidade.

É nesse contexto de aprendizagem que os benefícios de uma CoP *on-line* agrega resultados por se constituir como *lócus* de convergências e colaboração em curto e em longo prazo, tendo em vista a melhoria contínua de processos e produtos fortalecendo e se constituindo como espaços de aprendizagem, à medida que ocorre uma transformação tanto individual como coletiva, ou melhor, a transformação da realidade local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da revisão aqui apresentada permitiu importantes reflexões acerca do cerne do conceito de CoP no qual foi possível mostrar com base nos estudos de Lave e Wenger que o aprender na prática implica mudanças e/ou tradições culturais que contribuem historicamente na vida social relacionando o contexto antropológico no que constitui o conhecimento por meio da transmissão cultural ou a socialização, caminho que movimenta as práticas cotidianas.

Compreender os processos culturais, antropológicos e comunicacionais das comunidades tradicionais, ou seja no contexto físico, alicerçam em um continuum em que de certo modo não percebemos a inserção dessas categorias cotidianamente, porém os fatos e acontecimentos ocorrem de forma sucessiva, como é o caso das novas tecnologias e mais

precisamente as tecnologias digitais de comunicação, cenário imprescindível para o constructo de uma CoP *on-line*. Elencar esses processos expande a compreensão dos conceitos de comunidade de prática e comunidade de prática *on-line*, ambos se coadunam com os elementos culturais, antropológicos e comunicacionais, sendo que a comunidade de prática *on-line* possibilita a multiplicidade de interações entre as pessoas e, nesse contexto não se limita a uma localidade geográfica.

Outro ponto evidenciado neste artigo refere-se a CoP *on-line* como *lócus* de aprendizagem, pois não se trata de tecer suposições sobre a aprendizagem, a vida cotidiana ou apenas competências e práticas inovadoras de um grupo, mas como resultado por um viés informal em que o conhecimento é socializado, sendo que o diálogo e a interação possibilitam a abertura de novos espaços para discussão e troca de experiências relacionados aos saberes partilhados e adaptados à realidade do novo modelo de sociedade onde as pessoas se conectam por uma rede comunicacional nas mais variadas situações, seja para o uso pessoal, profissional ou educacional.

Por fim, podemos dizer que a CoP *on-line* amplia a socialização do conhecimento disponível ao compartilhar reflexões individuais e coletivas em espaços colaborativos, o que reforça nossa proposição de que a CoP *on-line* como um *lócus* de aprendizagem trazendo uma significação e/ou ressignificação para vida cotidiana.

Neste estudo, ainda que inicial, faz uma breve reflexão e reafirma a relevância desta temática incitando maior aprofundamento, tanto nas reflexões conceituais como no desenvolvimento das práticas colaborativas, cenário de aprendizagens e transformações.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 18 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CABELLEIRA, Denise Mross. Comunidades de Prática – Conceitos e Reflexões para uma Estratégia de Gestão do Conhecimento. In: **XXXI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: RJ, set 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ADI-B2953.pdf>. Acesso em 15 abr. 2020.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2, 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 21-84.
- CORAZZA, Maria Julia et al. Comunidades de prática como espaços de investigação no campo de pesquisa formação de professores. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 466-494, dez. 2017. ISSN 2525-8222. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/138>. Acesso em: 08 jun. 2020.
- FERREIRA, Andréia de Assis; SILVA, Bento Duarte da. Comunidade de prática on-line: uma estratégia para o desenvolvimento profissional dos professores de História. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 37-64, mar. 2014.
- GHERARDI, S.; NICOLINI, D. Learning Of Savety in Communités of Practice. **Journal of Management Inquiry**, v. 9, n. 1, p. 7-18, mar. 2000.
- IPIRANGA, Ana Silvia Rocha et al. Aprendizagem como ato de participação: a história de uma comunidade de prática. Cad. **EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 01-17, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n4/v3n4a09.pdf>. Acesso em 01 jun. 2020.

LAVE, Jean. Aprendizagem como / na prática. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 37-47, dez. De 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ha/v21n44/0104-7183-ha-21-44-0037.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

RECH, Jane; FACHINELLI, Ana Cristina; FLORES, Silvana Padilha. Comunidades de Prática: reflexões a partir da comunicação e da cultura organizacionais. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 11, n. 21, jan./jun. 2012.

SOUZA-SILVA, Jader C.; SCHOMMER, Paula Chies. **A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras**. **Órgão. Soc.**, Salvador, v. 15, n. 44, p. 105-127, março de 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n44/06.pdf>. Acesso em 26 maio de 2020.

SILVA, Adelina. **Aprendizagem e CoP**, Universidade Aberta. 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em 01 ago. 2020.

SILVA, A. M. B.. Elementos Constitutivos de uma Comunidade de Prática para Construção de Curso Modular Online. In: 15º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2009, Fortaleza. Sessão Pôster V 1.2, 2009. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/1552009185012.pdf>. Acesso em 30 maio de 2020.

WENGER, E. **Communities of practice: a brief introduction**. 2006. Disponível em: <http://www.ewenger.com/theory/index.htm>. Acesso em: 14 abr 2020.

WENGER, E. Etienne Wenger on Communities of Practice: Engagement, Identity & Innovation. In: **The Journal of Association Leadership**. Mar, 2004. Entrevista concedida a Seth Kahan.

WENGER, E.; McDERMOTT, R.; SNYDER, W. **Cultivating Communities of Practice**. Boston: Harvard, 2002, p. 24-32.

WENGER, E.; SNYDER, W. Communities of Practice: the organizational frontier. **Harvard Business Review**, EUA, jan.-feb. 2000.